

ATITUDES PRECONCEITUOSAS FRENTE A GRUPOS MINORITÁRIOS, AÇÕES AFIRMATIVAS E CONTATO SOCIAL

Nilton Soares Formiga

Mestre em psicologia social pela universidade Federal da Paraíba. Atualmente é doutorando na mesma universidade e leciona na Universidade Estadual da Paraíba como professor substituto

Alzira Barros da Silva Neta

Amanda Barbosa Cavalcanti Medeiros

Alunas do Curso de psicologia na Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

Email:

nsformiga@yahoo.com

RESUMO

O tema do preconceito tem sido de grande interesse das ciências humanas e sociais. Têm procurado conhecer suas variáveis correlatas, por exemplo: traços de personalidade, expressão emocional em função da pertença grupal, valores humanos, etc. Porém, na dinâmica social, as formas de assimilar e acomodar a realidade social do preconceito, não ocorre de forma isolada e polarizada, pois, sociedade e indivíduo estão intrinsecamente envolvidos, não podendo ser pensando no vazio, mas permeando uma interdependência social. Que por sua vez, na concepção de cientistas e políticos brasileiros, influencia não uma diminuição da manifestação social do preconceito, mas, permitindo uma nova versão: mais sutil, disfarçado, camuflado. Assim, o presente estudo, do tipo correlacional e descritivo, têm como objetivo avaliar as atitudes preconceituosas sobre grupos minoritários (por exemplo, homossexual, negros e mulheres) tendo como variável explicativa as ações afirmativas (por exemplo, em relação ao trabalho, justiça e igualdade e oportunidade social) e do contato social.

Palavras-chave: Preconceito, ações afirmativas, contato social

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito se tem escrito sobre preconceito e as diversas perspectivas teóricas que buscam compreendê-lo. Mesmo não sendo um fenômeno novo, parece que as soluções concretas a seu respeito, vêm carregadas de reflexão e prática que além de confundir o

comportamento politicamente correto, a fim de que seja mantida uma boa relação capaz de amenizar as práticas preconceituosas, instituições, cientistas e transeuntes parecem concordar que esse fato assume uma aparência, no discurso da igualdade, quanto a relevante condição de que os grupos segregados são inferiores e incapazes, merecendo assim, ajuda sócio-política e econômica.

Mesmo sendo legalmente proibido em vários países, inclusive no Brasil, o preconceito segue ocorrendo nas práticas sociais discriminatórias cotidianas, assumindo uma dinâmica complexa e escorregadia, que ao se pretender responder diretamente acerca da origem ou manutenção desse problema nas relações interpessoais, inevitavelmente, se depara com suas várias vertentes teóricas, pautadas em aspectos da política, da economia, da educação, da psicologia, entre outros, o que torna mais difícil entender a sua manutenção (Formiga; Vasconcelos; Joca & Saraiva, 2005)

Assim, os teóricos atuais preocupam-se em desvendar não apenas as formas sutis de tratamento do preconceito que reproduzem atitudes e atos sem desafiar as normas sociais de desejabilidade (Vasconcelos e cols., 2005). Com isso, é possível observar que essas formas mutáveis do preconceito nas sociedades modernas, as quais vem sendo influenciadas por normas sociais carregadas com grito de justiça e direitos igualitários, revelam uma espécie de combate psicossocial no qual apenas o sujeito troca a camuflagem de sua expressão condutual ou do discurso na sua interação social, mas, não deixa de ter preconceito (Formiga, Yepes & Alves, 2004).

Segundo Formiga, Vasconcelos, Joça e Saraiva (2005), dois aspectos são consensuais nesta temática: trata-se de um fenômeno multideterminado e que tem manifestado mudanças no seu modo de expressão no contexto da sociedade atual. Os principais termos teóricos empregados em oposição ao preconceito tradicional e flagrante são: Racismo Simbólico ou Moderno; Racismo Aversivo; Racismo Ambivalente e Preconceito Sutil. Estas nomenclaturas servem para expressar a idéia de que a discriminação aberta, que remete as crenças quanto à inferioridade do grupo minoritário e o distanciamento social para com os membros deste grupo, está sendo substituída por formas mais sutis no tratamento discriminatório (Formiga, 2004; Myers, 1999).

Alguns estudos, com ênfase teórica e metodológica têm sido desenvolvidos (ver, por exemplo, Camino; Silva; Machado & Pereira, 2001; Formiga, 2004; Lacerda; Pereira & Camino, 2002; Martinez, 1996) contribuindo para uma diversidade interpretativa frente à explicação da dinâmica da manutenção do preconceito nas relações interpessoais. Com isso, os grupos minoritários, alvos de estudos na sociedade brasileira – as mulheres, os negros e os homossexuais - tem sido o centro de estudo, não somente porque eles têm levantados, juntos aos movimentos sociais, a exigência ao direito e espaço de manifestação quanto as suas escolhas pessoais, sociais, políticas e econômicas.

De forma geral, o tema do preconceito tem sido de grande interesse das ciências humanas e sociais. Especificamente, na psicologia social, vem se apresentando de suma importância para entender a dinâmica das relações intergrupais e a ambivalência sociedade-indivíduo. Assim, estudos têm sido desenvolvidos na busca de entender e conhecer as variáveis preditivas quanto a esse fenômeno, por exemplo: traços de personalidade, expressão emocional em função da

pertença grupal, valores humanos, etc. (Lima & Pereira, 2004). Resumidamente, o termo preconceito implica em apresentar atitudes negativas às pessoas pelo fato de pertencerem, assemelharem ou não a um determinado grupo que esteja dotado de determinados aspectos típicos fixados psicossocialmente.

Sendo assim, o fato de existir esse fenômeno não se trata de atribuir que o prejuízo social e psicológico é destinado apenas ao grupo que sofre o preconceito, o qual é sempre aquele minoritário. O problema é que toda a sociedade sofre com isso: da economia, educação as relações humanas. Sendo assim, a partir da década de 20, quando o preconceito passou a ser visto como um construto científico, diversos estudos tentaram responder à pergunta “de onde provêm os preconceitos?” implícita no clássico trabalho de Gordon Allport (1954), *The Nature of Prejudice*; este estudo permitiu que as análises do preconceito fossem baseadas em duas perspectivas explicativas: individual *versus* grupal. Considerando as reflexões nos parágrafos anteriores, na dinâmica social, a forma de assimilar e acomodar a realidade social, é somente possível se se perceber que o fenômeno do preconceito não existe de forma polarizada e isolada, mas, salta aos olhos a partir das relações interpessoais.

Esse problema, de acordo com Formiga (2004; 235-236), ocorre porque o ser humano se movimenta numa espécie de dança intergrupal, na qual, sociedade e indivíduo estão intrinsecamente envolvidos, não sendo possível pensar na tríade, *indivíduo-fenômeno-sociedade*, ocorrendo no vazio, mas permeando uma interdependência social, na qual cooperação, individualismo e competição estão inseridos na manutenção tanto do significado quanto da prática do comportamento e atitude preconceituosa. Esta, por sua vez, flutua na concepção de cientistas e políticos brasileiros, não como uma diminuição da sua manifestação social, mas, apresenta-se sob uma nova versão: mais sutil, disfarçado, camuflado.

Com isso, é possível salientar uma dicotomia quanto a não concordância na expressão aberta do preconceito, fazendo com que as pessoas mantenham-no de forma discreta e indireta aludindo a desejabilidade social das atitudes preconceituosas, assumindo características modernas quanto a sutileza desse fenômeno (Monte, 2001; Formiga, 2004; Torres, 1998). Assim, vai “enterrando aos poucos as minorias, levando além dos gritos agonizantes, o eco silenciosamente sócio-monástico de quem é discriminado” (Formiga, 2004; 236) apontando para um conformismo psicossocial em termos da impossibilidade da mudança, aceitando a vida como uma espécie meritocracia social.

Desta forma, o presente estudo, do tipo correlacional e descritivo, têm como objetivo avaliar as atitudes preconceituosas sobre grupos minoritários (por exemplo, homossexual, negros e mulheres), bem como, a explicação destas atitudes a partir das ações afirmativas (por exemplo, em relação ao trabalho, justiça e igualdade e oportunidade social) e do contato social.

O PRECONCEITO FRENTE AOS GRUPOS MINORITÁRIOS.

O homem se diferencia dos demais animais por possuir características biológicas, morfológicas, fisiológicas, etc., que lhes são próprias e que se desenvolveram por questões de adaptação. Segundo Darwin (1859/2004; ver Gould, 1999), os princípios da seleção natural, os organismos vivos evoluíram gradativamente a partir de uma origem comum e se diversificaram no tempo e no espaço, adaptando-se a meios hostis, diversos e em perpétua transformação. Com isso, a variabilidade humana é um fato inerente e incontestável, isto é, está incluso em própria condição humana todo o processo de diferenciação, o qual visa facilitar a busca e a compreensão de cada ser em relação aos outros seres. Obviamente, isto ocorre em relação aos animais numa escala evolucionista inferior ao homem; para tanto, esse pensamento contribuiu para que inferisse o fato da distintividade, de forma racional e empírica, ao próprio homem e seus grupos.

Nessa perspectiva, surge então a necessidade de classificar, de categorizar os indivíduos semelhantes partindo de suas diferenças. Tal condição evidencia a noção de ‘raça’, enquanto descendência, linhagem, ancestralidade comum, características físicas comuns ou ainda, segundo François Bernier, o termo raça é utilizado para identificar e classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, partindo de características fenotípicas como cor dos olhos, cor dos cabelos, altura, cor da pele, etc. (Gould, 1999). Entretanto ao longo dos séculos, observou-se que o conceito de raça não estava restrito apenas a uma dimensão biológica o que é notório, por exemplo, entre os negros da África e os autóctones da Austrália existe a semelhança física da cor de pele escura devido a concentração de melanina. Mas, nem por isso eles são geneticamente parentes próximos, corroborando com a idéia acima (Munanga, 1989).

Partindo de aspectos como esse é que é possível afirmar a raça não mais como apenas uma realidade biológica, mas sim, como um conceito, aliás, cientificamente, inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças pontuadas de originalidade. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças de fato não existem (Munanga, 1989). Assim sendo, o conceito sobre essa categoria científica e social é notoriamente carregado de ideologia e apresenta aspectos que não se deixam transparecer. O uso do conceito como é feito na atualidade se dá de maneira errônea, faz-se correlações entre características físicas (biológicas) e qualidades psicológicas trazendo a tona juízos como ‘melhores’ ou ‘menos bons’, ‘superiores’ ou ‘inferiores’; evidenciando assim os estereótipos, as relações de dominação e poder e conseqüentemente a discriminação e preconceito (Myers, 1999).

Essa questão, destacada no parágrafo acima quanto a evidência dos estereótipos como influência na segregação a partir das raças relacionado a emergência de preconceitos sociais, referem-se, segundo Kruger (2004), a uma crença coletivamente compartilhada acerca de alguma característica ou traço psicológico, e é elaborado, a partir de critérios como idade, sexo, inteligência, escolaridade, moralidade, formação política, etc., quando aliados aos sentimentos, podem configurar-se como negativos ou positivos adquirindo uma estrutura psicológica de maior complexidade.

Desta maneira, os esteriótipos têm gênese nas interações sociais e possuem um caráter cristalizador e auto-perpetuador, isto é, uma vez construído dificilmente sofrem alterações principalmente devido ao fato de estarem ligados intimamente a sentimentos e afetos. É mediante a esse processo de cristalização, que os esteriótipos influenciam condutas e comportamentos com interações sociais, isso quando os inter-atores são enquadrados por essas crenças (Kruger, 2004), e divulgado, seja de forma direta, enfática, depreciativa ou sutil e indireta.

Pode-se dizer que os esteriótipos, sobretudo os esteriótipos negativos (aliados a sentimentos negativos), elucidam os preconceitos sociais, pois a alusão que eles fazem à categorização das pessoas acarreta uma simplificação de economia cognitiva e distorções das percepções acerca de um grupo, isto é, os esteriótipos negativos levam a percepção social a realizar uma visão generalizada, errada e inflexível, o que por sua vez desencadeia atitudes preconceituosas, marcadas notadamente por injúria e difamação (Myers, 1999).

Partindo desse pressuposto, o preconceito pode então ser fruto de construções sociais, influenciado e definido pelas normas sociais vigentes em um determinado contexto. Segundo Allport (1954, citado em Lima & Vala, 2004), em linhas gerais, ele se refere a uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente. Contudo, de acordo com Snowden (1983; 1995, citado em Lima & Vala, 2004), as práticas preconceituosas, estão presentes nas sociedades desde a antiguidade greco-romana e eram caracterizadas pela presença do preconceito de base cultural e não de base racial, sendo mais freqüente atualmente.

Muitas são as discussões acerca das causas que predispõem uma pessoa a ser preconceituosa, isto é, ao desenvolvimento do preconceito. Partindo desse pressuposto é possível elencar uma série de fatores que venham a contribuir com essas causas: a identificação, por ser considerada como o laço afetivo mais primitivo que une uma pessoa a outra, segundo Freud (1976, citado por Crochík, 2005), portanto a falta da mesma, ou seja, a negação da identidade frente ao outro é entendida como um dos motivadores das práticas e atitudes preconceituosas; a racionalização, também, se constitui enquanto motivadora por significar um processo através do qual o indivíduo preconceituoso procura apresentar uma explicação que seja coerente e aceitável do ponto de vista moral e lógico, para justificar sua atitude, ação, idéia, sentimentos, etc., de cujos motivos verdadeiros não se têm percepção (Laplanche & Pontalis, 1988; citado em Crochík, 2005).

Também é importante, segundo Camino (2001, citado em GOUVEIA et al, 2006), a influência que as motivações e suas bases valorativas exercem sobre o indivíduo, e que dependendo da sua origem, externa ou interna, podem configurar diferentes manifestações frente ao preconceito. De fato, muito se questiona acerca das motivações enquanto reflexão das mudanças pessoais nas atitudes dos indivíduos ou enquanto expressão de uma deseabilidade social, com vistas para a avaliação pública.

No tocante as manifestações do preconceito se observam que elas seguem uma evolução histórica e refletem as normas sociais, bem como, as relações sociais, políticas e econômicas vigentes da época. Nos séculos da colonização dos índios e do trabalho escravo, o preconceito era expresso de maneira aberta e flagrante, após a 2ª Guerra Mundial, com a eclosão dos

movimentos pelos direitos civis nos EUA, da Declaração dos Direitos Humanos, entre outros, parece ser que esse fenômeno vai se inserindo em novas formas de expressão, seja por “consciência social” ou por toda a divulgação pró-tolerância das diferenças, assim, surgem novas formas de expressão do preconceito que se dão de maneira mais delicada e velada (Lima & Vala, 2004), uma vez que as mesmas passaram a ser diretamente associadas a pactos sociais e normas que punem a manifestação dessas atitudes, que se fazem presentes nas relações interpessoais e referem-se a comportamentos discriminatórios da vida cotidiana das pessoas.

Uma particularidade é que essas novas formas de expressão se tornaram mais difíceis de serem identificadas e conseqüentemente combatidas. Contudo não nos equivoquemos em afirmar que houve uma diminuição do preconceito, devido a tais mudanças. O que de fato aconteceu foi uma re-configuração dessas formas que se tornaram mais sutis ou modernas (Formiga, 2004). Com isso, parece haver uma estreita relação estabelecida entre preconceito e grupos minoritários socialmente marginalizados, permitindo elucidar que são vários os tipos de preconceitos existentes: preconceito contra as mulheres ou sexismo, preconceito contra homossexuais ou homofobia, preconceito contra os negros ou racismo, preconceito contra os velhos ou ageísmo, preconceito contra pessoas com deficiências físicas e/ou mentais, preconceito contra nordestinos no Brasil, entre outros (Lima & Vala, 2004). No entanto, apesar dessa diversidade, nos deteremos no presente estudo apenas aos três primeiros grupos sociais - sexismo, racismo e homofobia - fato esse, devido a um rápido e simples levantamento de opinião entre estudantes e transeuntes com o objetivo, apenas, de detectar quais grupos sociais na sociedade brasileira seriam os mais desrespeitados e não reconhecidos socialmente.

Contudo, é oportuno acrescentar que as atitudes preconceituosas se encontram em todos os indivíduos, embora de forma latente e discreta, sendo assim, a sua intensidade estaria intimamente ligada ao contato social frente aos grupos minoritários. Quando nos referimos a grupos minoritários, não estamos fazendo referência ao fator numérico, mas sim, a questão social, especificamente, a posição social dos indivíduos, por exemplo: 1 - As minorias são sectores subordinados de complexas sociedades de estado; 2 - as minorias possuem traços culturais e físicos específicos pelos os quais os sectores dominantes da sociedade mostram pouco apreço; 3 - as minorias constituem unidades conscientes de si próprias, ligadas entre si pelos os traços específicos comuns aos seus membros e pelas incapacidades específicas que esses traços provocam; 4 - a pertença a uma minoria é transmitida por uma regra descendente através da qual é obtida a afiliação da geração vindoura mesmo que não existem traços físicos ou culturais específicos imediatamente aparentes; por fim, 5 - os povos minoritários tendem a casar-se, por opção ou necessidade, com membros do mesmo grupo (Leyen & Yzerbyt, 1999; Tajfel, 1981). Assim, é observável que a tomada de consciência de ser e fazer parte deste grupo se deve porque os indivíduos possuem determinadas semelhanças e desvantagens sociais comuns, por exemplo, no Brasil, o negro, os homossexuais e ainda hoje as mulheres. O fato é tanto, que foi necessária, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, a criação de um programa estratégico de ações afirmativas, para o negro, a fim de recuperar a equidade e os direitos individuais desses grupos, extensivamente, também, aos que destacamos acima: mulheres e homossexuais.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS: POLITICAS PUBLICAS BRASILEIRAS PARA DIMINUIR O PRECONCEITO?

Mediante esse processo estigmatizador, denominado preconceito, observa-se que existe por parte dos grupos minoritários, a busca incessante pela valorização dos seus direitos, por igualdade de condições, etc.; nesse sentido é que emergem as ações afirmativas enquanto principal instrumento na tentativa de reconhecimento seja ele político, social ou econômico. De maneira generalizada as políticas de ação afirmativa se consistem em medidas que visam possibilitar o acesso de grupos historicamente desfavorecidos aos bens escassos e posições de prestígio na sociedade (Alencar, 2005; Martins, 2004). As práticas afirmativas se fazem presentes em diferentes contextos e por diferentes justificativas onde exista a necessidade de aplicação de medidas de discriminação positiva, em benefício de grupos marginalizados.

Segundo Alencar (2005) o surgimento das ações afirmativas no Brasil foi influenciado diretamente pelo o modelo político adotado nos Estados Unidos, podendo afirmar que em sua origem, os objetivos dos negros norte-americanos eram bastante distintos dos perseguidos pelos negros brasileiros; enquanto os primeiros lutavam pelo reconhecimento dos direitos civis e políticos, os segundos – os brasileiros - lutavam pela observância, por parte do Estado, de seus direitos já previsto na Lei Lindgren Alves, devido a idéia da brasilianização da América” - atualmente em voga no meio acadêmico estadunidense - que denota a substituição da segregação racial legal pela separação de raças pela classe social.

No entanto os problemas sociais oriundos do racismo eram distintos nestes países em destaque, bem como, em outros da Europa. Nos EUA a consequência social era mais grave, violenta e excludente devido ao ódio racial, ser institucional, por outro lado, no Brasil esse racismo se inseria de maneira camuflada, mascarada, de consequência menos agressiva a dignidade e a sobrevivência da raça negra, os maiores problemas era de ordem econômica. Obviamente, tal reflexão corresponde aos tempos atuais, pois no período de colonização negro e animal possuíam poucas diferenças a ser salientadas, como também, trato humano e social.

Com isso, ainda de acordo com Alencar (2005) a expressão affirmative action – ação afirmativa - é atribuída a Jonh F. Kennedy, que em um decreto presidencial de 1961, determinavam que os contratantes do governo estaduniense deveria adotar medidas no sentido de assegurar o acesso e a permanência no corpo de empregados de indivíduos de diversas raças, credos e nacionalidades. Entretanto com o passar do tempo esta expressão ganhou conteúdo mais preciso e passou a definir medidas políticas que visavam possibilitar o acesso de grupos minoritários a bens escassos como direito a educação de qualidade, trabalho digno e direito a cargos políticos, bem como, posições de prestígio na sociedade e reconhecimento social.

Ainda segundo Alencar (2005), o desenvolvimento das ações afirmativas foi embasado pelo o Direito Moderno, cujo seu fundamento é o princípio de igualdade universal, ou seja, respeito igualmente referido a todos os indivíduos na qualidade de seres humanos, independente de suas realizações e de seu caráter. Possibilitando ao indivíduo exercício pleno da cidadania, desde sua

participação na construção das leis bem como o acesso ao mercado de trabalho, em cargos reconhecidos socialmente (Siano, 2000).

No Brasil diferente dos EUA, não existiu uma forma de discriminação racial institucionalizada e aberta, fato que torna mais árdua a luta dos afro-brasileiros – e cremos, que por todo grupo minoritário – pelo reconhecimento de seus direitos jurídicos, mas, pouco ou nenhum reconhecimento dos direitos sociais, o que gera uma distorção, teórica-prática: a lei apoia e exige a manutenção da ordem, justiça e igualdade das minorias, mas, as relações intergrupais forjam e liquefazem esses direitos, dissolvendo em sutis e mascaradas condutas discriminatórias.

Nessa perspectiva, destaca-se alguns países que, baseado nas ações afirmativas, alcançaram êxito social, se discreto não sabemos, mas que, historicamente, teve resultado, isso teve: na Malásia em 1971, através de ações afirmativas lutou-se pela redistribuição do poder, em oposição ao monopólio dos chineses; a África, o Caribe e o Pacífico Sul, após a Segunda Guerra Mundial, durante os seu processos de independência usaram as práticas afirmativas na luta pela formação de um quadro administrativo nativo; podemos ainda citar os esforços de Bhimrao Ramji Ambedkar na Índia, no início do século XX, que lutou pela igualdade de todos os seguimentos sociais no seu país, sendo um assíduo combatente do sistema milenar de castas. Segundo Alencar (2005), o marco inicial das práticas afirmativas ocorreu na década de 60, com a luta dos negros norte-americanos pelo fim da segregação racial legal até então em vigor nos Estados Unidos.

Contudo as ações afirmativas possuem em comum a tendência global que as mesmas evidenciam nas democracias contemporâneas, no que concerne ao reconhecimento por parte do Estado de seu papel enquanto promovedor de uma igualdade substancial entre todos os cidadãos, com o objetivo de corrigir as desigualdades sociais geradas pelas diversas formas de discriminação. Dentre os autores que se empenharam no estudo das ações afirmativas, encontramos as contribuições de Axel Honneth, que elucidava tais ações como sendo uma luta por reconhecimento, o que era de fundamental importância na esfera da vida social, questionando se as experiências de desrespeito social poderiam ser atribuídas às formas de reconhecimento recíproco, bem como se estas formas de desrespeito social se constituem como fonte motivadora dos conflitos sociais, partindo de comprovações históricas e sociológicas (Alencar, 2005).

Com isso, é complexo pensar em uma sociedade capitalista e individualista com uma desigualdade inerente às economias do mercado, como a sociedade brasileira, na qual os valores abstratos como igualdade e justiça social, sejam defendidos e apregoados por políticas sociais, como ações afirmativas. Essa condição vem tornar ambivalente o modelo de economia e valores sociais até então defendidos, justificados com uma tentativa de recuperação do tempo perdido quanto aos direitos e deveres do Estado para o grupo minoritário em defasagem psicossocial. (Alencar, 2005).

De forma mais clara, os objetivos desejados das Ações Afirmativas dizem respeito a promoção de privilégios de acesso às universidades, ao trabalho e a participação na política e na construções de leis, combatendo a discriminação passada, presente ou em potencial, com intuito de camuflar o preconceito, e induzir atitudes positivas frente a estes grupos minoritários. Entretanto os promotores de sua efetivação se dá essencialmente pelo o Estado,

como também pela a iniciativa privada. Mas a sua visualização, até então no Brasil atual, somente é percebida nas cotas raciais nas Universidades (ver, Brasil Afroatitudo, 2004).

É bom ressaltar e relembrar que o modelo de política social adotada no Brasil, sofre uma forte influência pela a política adotada nos Estados Unidos, exatamente porque ambos os países foram colônias européias que utilizaram o trabalho escravo e pela forte influência da cultura americana no nosso país. Conseqüência disso, é que as cotas ganham notoriedade, porém, elas devem ser pensadas, na formalização de identidades sociais como sujeitos do direito, conhecidos pelo o Estado, permitindo que aqueles que as reivindicuem e tenha acesso diferenciado a recursos, bens e serviços que tenham efeitos profundos na dinâmica social das mesmas (Pinto, 2005).

Ainda de acordo com Pinto (2005) a dimensão polêmica que perpassa as cotas, diz respeito, aos valores defendidos; por exemplo, a Igualdade assume uma forma de oposição entre a Igualdade Formal e Igualdade Substantiva. A primeira, uma igualdade abstrata é a igualdade que todos os indivíduos perante a lei e segundo essa concepção, as cotas seriam logicamente uma tentativa de criar mais privilégios em uma sociedade ainda fortemente patrimonialista e hierárquica.

Reflexivamente, nesta perspectiva os grupos minoritários tornam-se ainda discriminados, exatamente por necessitarem de políticas como prerrogativas para a sua ascensão social, visto que hoje se encontra com mais direitos do que aqueles que não fazem parte de seu grupo. Reafirmando o discurso preconceituoso que os indivíduos pertencentes, estes grupos, são incapazes cognitivamente de crescerem socialmente, a partir de suas reais potencialidades, fato esse, que parece romper com o lado positivo das cotas, afinal parece ser que direitos e deveres do Estado para com o grupo minoritário, vai mais além do que oferecer espaço social e econômico, mas, apoiá-los psicossocialmente.

Fato esse, que corresponde a outra polêmica sobre as cotas: trata-se da noção do mérito individual característica primordial do exame de vestibular, no qual selecionaria os candidatos a partir de suas competências independente de suas características pessoais como condição social, cor e gênero. Portanto um processo neutro em relação a discriminação, já com a implantação das cotas raciais introduziria um viés racial em uma das esferas democráticas. Mais outra polêmica? Essa se encontra no fato de quem faria ou não parte dos grupos dos negros, se o nosso país é tão mistificado. Condição essa que dificultaria o enquadramento das raças, já que não se pode falar dessa categoria com segurança e fidelidade (ver Pinto, 2005; ver também, Alencar, 2005).

Conclusivamente, enquanto grupo há uma contraposição ao discurso dos grupos de oposição as cotas, principalmente no que diz respeito às dicotomias existentes. Acredita-se que estas tratam-se de uma medida paliativa do governo para atingir as necessidades reais do grupo historicamente marginalizado. Medida esta, que parece ser efetivada no sentido de cima para baixo no processo. Não vista, como a melhor atitude frente ao fenômeno do preconceito, mas sim, como uma possibilidade para demandar atitudes positivas frente aos grupos segregados, direta ou indiretamente, hostil ou sutilmente. Desencadeando uma tolerância, no convívio social,

sobre os aspectos das diferenças físicas-sociais-culturais, porém, tolerância esta, que se caracteriza mais como preconceito camuflado do que a busca de seu controle ou “extinção”.

Para tanto, o objetivo central desse estudo, trata-se de investigar acerca das atitudes preconceituosas frente aos grupos minoritários e os efeitos que as variáveis das concepções de ações afirmativas e do contato social têm sobre essas atitudes em relação aos grupos em questão, tanto no que se refere as variações na pontuação média quanto as relações intra e inter-variáveis.

MÉTODO

Sujeitos

A amostra foi composta de 212 sujeitos, distribuídos entre estudantes do nível médio (42%), superior (38%) e transeuntes (20%) das cidades João Pessoa-PB, Campina Grande-PB, Remígio-PB e Aroeiras-PB, todas elas, localizadas no Nordeste do Brasil. Os respondentes foram de ambos os sexos, sendo a maioria do sexo feminino, 68%, apresentando idades entre 15 e 62 anos ($M = 20,0$; $DP = 9,98$), dos quais a maioria, 75% era solteira, com 31% apresentando renda econômica entre 1.000,00 a 2.000,00 Reais. Essa amostra foi não probabilística, mas sim intencional, pois além do propósito de garantir a validade externa de alguns instrumentos da pesquisa, pretendeu-se assegurar a possibilidade de realizar as análises estatísticas que permitiam estabelecer as relações entre as variáveis estudadas.

Instrumentos

Para o presente estudo utilizou-se um questionário que continha os seguintes instrumentos:

Escala de Atitudes Preconceituosas. Elaborada por Stephan, Ybarra, Martínez, Schwarzwald e Tur-Kaspa (1998) e validada para o contexto brasileiro por Formiga, Yepes e Alves (2004; Formiga; Vasconcelos; Joça & Saraiva, 2005) é composta por dez itens indicadores de atitudes com relação a grupos minoritários – mulheres, homossexuais e negros - (por exemplo, afeto, simpatia, cordialidade, ódio, hostilidade, desagrado etc.) que avaliam as atitudes afetivas positivas e as negativas. Estas deverão ser respondidas numa escala do tipo *Liket* de seis pontos (0 = Nunca a 5 = Sempre), na qual o respondente expressa a frequência com que apresenta cada atitude frente aos grupos sociais que sofrem discriminação; neste estudo, destacaram-se os negros, os homossexuais e as mulheres. Esta escala apresentou em dois estudos desenvolvidos por Formiga e cols. (2005) com amostras sócio-demograficamente diferentes apresentaram indicadores psicométricos significativos e confiáveis demonstrando com isso sua validade para o contexto brasileiro, pois revelavam alfas de Cronbach (α) de 0,70 a 0,89, bem como, a estrutura da escala item-fator, semelhantes aos estudos anteriores.

Escala de Contato Social. Neste instrumento pretendeu-se avaliar as características do contato social mantido com os grupos minoritários – mulheres, homossexuais e negros; neste instrumento o objetivo principal tratava-se de mensurar em como era esse contato: superficial ou estável. Para tanto, as pessoas deverão responder, também, numa escala tipo Likert, variando de 0 = superficial a 4 = estável. Ambos os instrumentos levaram em consideração os grupos sociais dos negros, homossexuais e mulheres.

Escala de ações afirmativas frente aos grupos minoritários: Este instrumento é composto por três questões que focalizam o direito de grupos sociais menos favorecidos historicamente e que sofrem preconceito. Nestas questões avaliou-se o grau de concordância em relação aos programas sociais do governo quanto a prática adequada deste em termos da recuperação e apoio no trabalho, justiça e igualdade e oportunidades sociais para cada grupo individualmente (por exemplo, Por não existir programas específicos que ajudem a – negro, homossexual e mulher – **em relação ao trabalho** é que eles continuam sendo tratados injustamente; depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem a - negro, homossexual e mulher – um tratamento com **justiça e igualdade**; em geral, você está a favor de que sejam concluídos **programas de igualdade de oportunidades** para negro, homossexual e mulher).

Para tanto, a pessoa deverá considerar os três grupos minoritários (negro, homossexual e mulher), respondendo para cada um deles, numa escala tipo Likert que varia de 1= discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = indeciso, 4 = concordo e 5 = concordo totalmente. Esta escala apresentou indicadores psicométricos significativos e confiáveis em relação a consistência interna, revelando alfas de Cronbach (α) de 0,70 para o grupo do homossexual, 0,72 para negro e 0,70 para mulher.

Procedimentos

Na etapa de coleta dos dados foi escolhida a cidade de João Pessoa, Campina Grande, Remígio e Aroeiras; a escolha dessas cidades se deve ao fato de que os responsáveis pela pesquisa estarem, frequentemente, senão a trabalho ou estudo, residem. A aplicação dos instrumentos foi realizada individualmente por colaboradores de ambos os sexos, os quais foram devidamente instruídos a fim de minimizar os efeitos das variáveis externas no momento da aplicação e intervir o mínimo possível nesse processo.

Para a aplicação nas instituições, adotou-se um procedimento padrão que consistiu em aplicar coletivamente os instrumentos em sala de aula. Após a obtenção da permissão e autorização do diretor ou coordenador e professor da instituição, informava-se aos respondentes que se tratava de um estudo realizado pelo grupo de pesquisa da UEPB com o objetivo de avaliar o comportamento social. Em seguida era acrescentada informação a estes sujeitos que se restringiam apenas à maneira como deveriam responder ao questionário: responder todo o questionário, não deixar nenhum item em branco e responder individualmente, quando em dúvida procurar esclarece junto ao responsável pela aplicação.

No que diz respeito a aplicação na população geral, pedia aos respondentes a atenção para uma pesquisa que estava sendo realizada, perguntando-lhes se estaria dispostos a responderem. Os participantes eram visitados em sua própria casa ou em trânsito nas ruas das cidades. Para ambas as etapas de aplicação, a partir da exposição dos objetivos da pesquisa, solicitou-se a participação voluntária, informando que seria assegurado a eles que as respostas e resultados da pesquisa seriam tratados estatisticamente, não colocando em risco a identidade dos mesmos; um tempo médio de resposta para os sujeitos foi de 30 minutos. Utilizou-se a versão 15.0 do pacote estatístico SPSSWIN para tabulação e análise dos dados, bem como, as estatísticas descritivas (tendência central e dispersão) e de correlações de Pearson.

RESULTADOS E DISCUSSAO

A fim de uma análise de dados mais compreensiva e que contribua para o leitor o seguimento lógico do estudo, optou-se em analisá-los, estatisticamente, de forma progressiva. Para tanto, será apresentada inicialmente uma análise descritivas (média e desvio padrão) das variáveis a serem estudadas e em seguida as correlações entre elas. É apresentada a pontuação média dos respondentes em termos do contato social frente aos grupos minoritários. Considerando a escala de resposta, na qual, pedia-se ao sujeito que indicasse se este contato era superficial ou estável, indicando na escala tipo likert, que variava de 0 a 4. Observou-se que a média superior foi obtida para o contato com o grupo de mulher (M= 3,64; DP = 0,76), seguido pelo grupo de negro (M= 3,18; DP = 0,95) e homossexual (M= 1,98; DP = 1,32); sendo que, este último grupo apresentou a menor média para o contado social. Isto é, a titulo de compreensão, como a escala avalia os opostos em relação ao contato social, variando 0 = superficial e 4 = estável, as médias que tende a valores próximo a 4, indicam contato estável com os grupos e as médias que tende a se aproximar de 0 (zero) avaliam o contato superficial.

No que diz respeito às ações afirmativas, a saber: 1 - Por não existir programas específicos que ajudem a negro, homossexual e mulher em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente, 2 - Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem a negro, homossexual e mulher um tratamento com justiça e igualdade e 3 - Em geral, você está a favor de que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades para negro, homossexual e mulher, foram observadas as seguintes médias: A fim de uma melhor compreensão dos resultados será apresentado, individualmente, as médias para a afirmativa 1 (por exemplo, por não existir programas específicos que ajudem a negro, homossexual e mulher em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente) para cada grupo minoritário (negro, homossexual e mulher), seguida das outras duas afirmativas em seguida:

1 - Assim, as médias para cada grupo minoritário, observando que para o grupo do homossexual (M = 3,00; DP = 1,23) em termos do programa específico quanto ao trabalho - afirmativa 1 - este apresentou média superior, seguido da média para negro (M = 2,91; DP = 1,25) e mulher (M = 2,78; DP = 1,13).

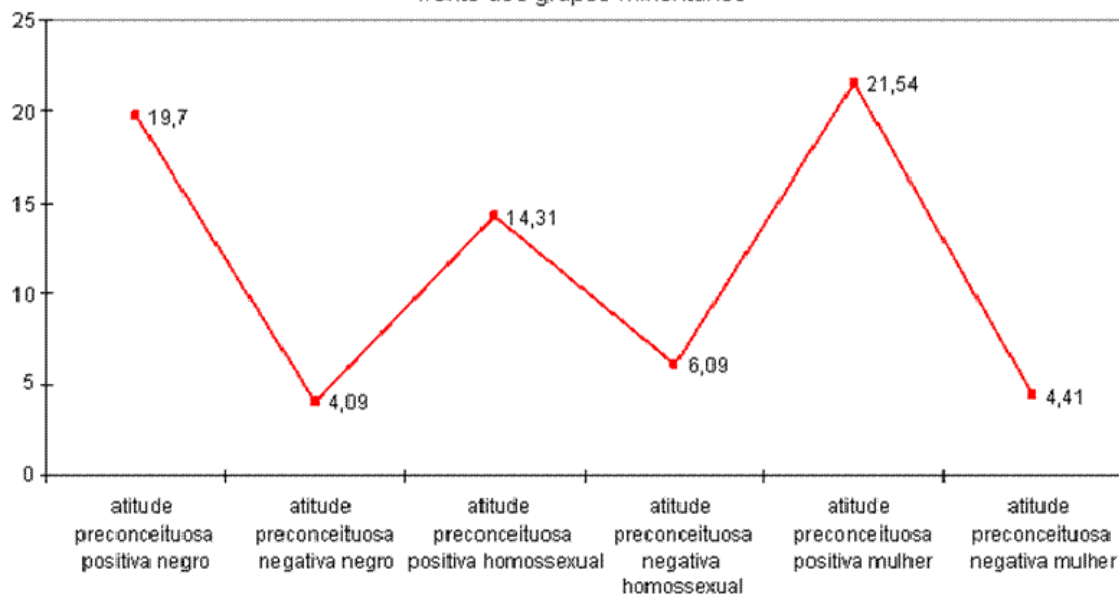
2 – Neste item, são apresentadas as médias, também, para cada grupo minoritário em relação a afirmativa 2 - programas que assegurem um tratamento com justiça e igualdade. Foi observada uma média superior para o grupo do negro (M = 3,96; DP = 1,07), seguido pelo grupo da mulher (M = 3,84; DP = 1,15) e do homossexual (M = 3,65; DP = 1,14).

3 - Por fim, as médias em relação a afirmativa 3 – a favor da conclusão de programas de igualdade de oportunidades – para cada grupo, foram as seguintes: o grupo da mulher (M = 4,06; DP = 1,07) apresentou média superior, seguido pelo grupo do negro (M = 4,03; DP = 1,06) e do homossexual (M = 3,77; DP = 1,18).

Em relação às atitudes afetivas preconceituosas, Formiga, Yepes e Alves (2004; Formiga; Vasconcelos; Joça & Saraiva, 2005) provaram que estas são avaliadas e organizadas em duas dimensões: as atitudes afetivas positivas e negativas. Observou-se, em relação a fidedignidade do instrumento, neste, foi encontrado o mesmo indicador psicométrico em relação a outros estudos, com os alfas de Cronbach (α) se mantendo semelhantes aos dos estudos anteriores de Formiga e cols. (2004; Formiga e cols., 2005), os quais estiveram entre 0,70 a 0,89, respectivamente, para ambas as dimensões de cada grupo minoritário.

Como objetivo aqui se trata apenas de avaliar descritivamente essas variáveis, são apresentadas as frequências médias das atitudes afetivas preconceituosas positivas e negativas frente aos grupos minoritários. Para os três grupos minoritários as atitudes afetivas preconceituosas positivas foram as que apresentaram médias superiores em relação às negativas (ver gráfico 1). Mas, ainda no gráfico 1, em uma análise individualizada para cada grupo, as atitudes afetivas preconceituosas positivas, tiveram médias superiores para o grupo da mulher e do negro, tendo o grupo do homossexual média menor. Porém, vale destacar que, mesmo as atitudes afetivas preconceituosas negativas não sendo superiores as positivas é preciso enfatizar que dentre as atitudes negativas, a que apresentou pontuação média superior foi a do grupo do homossexual.

Gráfico 1: Frequência média das atitudes afetivas preconceituosas positivas e negativas frente aos grupos minoritários



A partir dessa análise descritiva, pretendeu-se atender ao objetivo principal do presente estudo: avaliar as relações entre as variáveis em questão. Porém, inicialmente, abordará as correlações internas entre essas variáveis, e em seguida, sua relação externa. Assim, no que diz respeito ao contato social, houve uma correlação interna entre ela frente aos grupos minoritários, isto é, se esses contatos são superficiais ou estáveis frente a eles. Desta maneira, foi observado escore correlacional positivo entre os grupos minoritários quanto ao contato social (ver tabela 1).

Tabela 1. Correlações internas entre contato social frente aos grupos minoritários.

	1	2	3
Contato social			
Negro	---		
Mulher	0,29*	---	
Homossexual	0,36*	0,21*	---

Notas: * $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação *pairwise* de casos em branco).

No que diz respeito às ações afirmativas, as correlações entre elas para cada grupo minoritário foram as seguintes: a ação afirmativa relacionada a **ajuda aos grupos minoritários em relação ao trabalho**, correlacionou-se positivamente, com a ação que diz respeito **em assegurar aos grupos minoritários um tratamento com justiça e igualdade** ($r_n = 0,40$; $r_m = 0,38$ e $r_h = 0,41$), bem como, com a ação em favor da **conclusão de programas de igualdade de oportunidades** aos grupos minoritários ($r_n = 0,36$; $r_m = 0,32$ e $r_h = 0,37$); esta última, com a **ajuda aos grupos minoritários em relação ao trabalho** ($r_n = 0,57$; $r_m = 0,63$ e $r_h = 0,61$).

Em relação as atitudes afetivas preconceituosas, seguiu-se semelhante raciocínio em avaliá-las com relação aos grupos minoritários. Desta maneira, na tabela 2, podem ser observadas as seguintes correlações: as atitudes positivas frente ao negro relacionou-se negativamente com as atitudes negativas ($r = -0,45$); para o grupo homossexual, as atitudes positivas, também, correlacionou negativamente ($r = -0,24$) com as atitudes negativas; o mesmo ocorreu para o grupo da mulher, as atitudes positivas foram inversamente relacionadas, com as atitudes negativas frente a elas ($r = -0,38$).

Tabela 2. Correlações internas entre as dimensões das atitudes preconceituosas frente aos grupos minoritários.

	1	2
Atitudes afetivas preconceituosas		
Positivas frente ao negro	---	
Negativas frente ao negro	-0,45	---
<hr/>		
Positivas frente as mulheres	---	
Negativas frente as <u>mulheres</u>	-0,38	---
<hr/>		
Positivas frente ao homossexual	---	
Negativas frente ao <u>homossexual</u>	-0,24	---

Notas: * $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação *pairwise* de casos em branco).

Considerando as relações internas do contato social, ações afirmativas e as atitudes afetivas preconceituosas positivas e negativas, efetuou-se também, uma correlação de Pearson para essas variáveis. Com isso, na tabela 3, estão os resultados das relações entre contato social e as atitudes afetivas preconceituosas positivas e negativas, revelando que o contato social com cada grupo relaciona-se positivamente com as atitudes afetivas preconceituosas positivas, e negativamente, com as atitudes afetivas preconceituosas negativas.

Tabela 3. Correlações entre contato social e atitude afetiva preconceituosa frente aos grupos minoritários.

	Contato social frente ao negro
<hr/>	
Atitudes preconceituosas	
Positivas frente ao <u>negro</u>	0,42*
Negativas frente ao <u>negro</u>	-0,17*
<hr/>	
Contato social frente as mulheres	
<hr/>	
Positivas frente as mulheres	0,26*
Negativas frente as <u>mulheres</u>	-0,25*
<hr/>	
Contato social frente as mulheres	
<hr/>	
Positivas frente ao <u>homossexual</u>	0,52*
Negativas frente ao homossexual	-0,38*

Notas: * $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação *pairwise* de casos em branco).

Na tabela 4, é apresentada as correlações entre as ações afirmativas e o contato social com os grupos minoritários. Observou-se que para o grupo do negro apenas a ação afirmativa, por não existir programas específicos que **ajudem ao negro em relação ao trabalho** é que eles continuam sendo tratados injustamente, relacionou-se positivamente ($r = 0,15$), as outras não apresentaram relações significativas.

No que diz respeito, ao grupo das mulheres, não foi encontrado nenhum resultado significativo. Por outro lado, para o grupo do homossexual, o contato social com este apresentou correlação positiva com todas as ações afirmativas: Por não existir **programas específicos que ajudem aos homossexuais em relação ao trabalho** é que eles continuam sendo tratados injustamente ($r = 0,23$); Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se **elaborem programas que assegurem aos homossexuais um tratamento com justiça e igualdade** ($r = 0,19$); Em geral, você está a favor de **que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades** para os homossexuais ($r = 0,21$).

Tabela 4. Correlações entre contato social e as ações afirmativas frente aos grupos minoritários.

Ações afirmativas	Contato social frente ao negro

Por não existir programas específicos que ajudem aos grupos minoritários em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente;	0,15*
Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem aos grupos minoritários um tratamento com justiça e igualdade ;	0,09
Em geral, você está a favor de que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades aos grupos minoritários.	0,08
-----	-----
	Contato social frente as mulheres

Por não existir programas específicos que ajudem aos grupos minoritários em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente;	0,10
Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem aos grupos minoritários um tratamento com justiça e igualdade ;	0,06
Em geral, você está a favor de que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades aos grupos minoritários.	0,05
-----	-----
	Contato social frente aos homossexuais

Por não existir programas específicos que ajudem aos grupos minoritários em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente;	0,23*
Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem aos grupos minoritários um tratamento com justiça e igualdade ;	0,19*
Em geral, você está a favor de que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades aos grupos minoritários.	0,21*

Notas: * $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação *pairwise* de casos em branco).

Na tabela 5 são apresentadas as correlações entre as ações afirmativas e atitudes afetivas preconceituosas frente aos grupos minoritários. Assim, em relação ao grupo do negro, apenas a ação afirmativa, depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se **elaborem programas que assegurem aos negros um tratamento com justiça e igualdade**, relacionou-se positivamente ($r = 0,16$) e em geral, você está a favor de **que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades** para os negros ($r = 0,19$) com a atitude afetiva preconceituosa positiva; em relação a atitude afetiva preconceituosa negativa, esta se correlacionou, negativamente, com a ação afirmativa - em geral, você está a favor de **que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades** para os negros ($r = -0,16$).

Ainda na tabela 5, em relação ao grupo de mulheres, apenas a ação afirmativa, depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se **elaborem programas que assegurem as mulheres um tratamento com justiça e igualdade**, relacionou-se positivamente ($r = 0,15$), com a atitude afetiva preconceituosa positiva; as outras variáveis não apresentaram resultados significativos. No que diz respeito ao grupo de homossexual, os resultados foram os seguintes: a ação, por não existir programas específicos que **ajudem ao negro em relação ao trabalho** é que eles continuam sendo tratados injustamente, relacionou-se positivamente ($r = 0,19$), depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se **elaborem programas que assegurem aos homossexuais um tratamento com justiça e igualdade** ($r = 0,31$) e em geral, você está a favor de **que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades** para os homossexuais ($r = 0,37$) correlacionou-se com a atitude afetiva preconceituosa positiva; já a atitude afetiva preconceituosa negativa relacionou-se somente com a ação em geral, você está a favor de **que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades** para os homossexuais ($r = -0,17$).

Tabela 5. Correlações entre ações afirmativas frente aos grupos minoritários e atitudes afetivas preconceituosas.

Ações afirmativas para o NEGRO	Atitudes preconceituosas frente ao negro	
	POSITIVAS	NEGATIVAS
Por não existir programas específicos que ajudem aos negros em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente;	0,11	0,05
Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem aos negros um tratamento com justiça e igualdade ;	0,16*	-0,12
Em geral, você está a favor de que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades aos grupos minoritários.	0,19*	-0,16*
Ações afirmativas para a MULHER	Atitudes preconceituosas frente as mulheres	
	POSITIVAS	NEGATIVAS
Por não existir programas específicos que ajudem as mulheres em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente;	0,05	-0,01
Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem as mulheres um tratamento com justiça e igualdade ;	0,15*	-0,08
Em geral, você está a favor de que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades as mulheres.	- 0,01	-0,01
Ações afirmativas para o HOMOSSEXUAL	Atitudes preconceituosas frente aos homossexuais	
	POSITIVAS	NEGATIVAS
Por não existir programas específicos que ajudem aos homossexuais em relação ao trabalho é que eles continuam sendo tratados injustamente;	0,19*	- 0,11
Depois de tantos anos de discriminação é absolutamente justo que se elaborem programas que assegurem aos homossexuais um tratamento com justiça e igualdade ;	0,31*	- 0,04
Em geral, você está a favor de que sejam concluídos programas de igualdade de oportunidades aos homossexuais.	0,37*	0,17*

Notas: * $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação *pairwise* de casos em branco).

De fato, o preconceito não pode ser atualmente considerado como um fenômeno que não existe justificado pela condição em que a sociedade e seus sujeitos tem se encontrado em termos da evolução e avanço tecnológico e social. É possível que tais condições tenham deflagrado a não permissão de se discriminar os grupos minoritários diretamente, permeando condutas violentas, bem como, sugerindo implicitamente uma condição que faz com que, por ser proibido, o preconceito seja como é hoje, sutil, o que não deixaria de ser crime.

Esse fato tem sido refletido desde a criação do programa proposto na carta da ONU sobre direitos humanos em 1948, o qual expressava a necessidade de veicular, no cotidiano, o benefício que sociedade e indivíduo teria ao agir com tolerância na aceitação das diferenças, bem como, a divulgação midiática de leis e movimentos contra o preconceito. Com isso, tendo essas mudanças não ocorridas no vazio, mas, na relação indivíduo-sociedade em termos de flexibilidade ou liquidez, sintuação essa, que na contemporaneidade vem sendo observado nos fenômenos sociais, os quais não adquirem consistência para que seja definido tanto uma identidade quanto práticas sociais concretas que permitam reconhecer sua diferença e dinâmica entre as classes sociais e suas exigências quanto a inibição e proteção de eventos segregacionistas frente aos grupos sociais, por exemplo, o preconceito.

Sendo assim, é que é possível pensar que o fenômeno do preconceito se dá institucionalmente, a partir de um comportamento sócio-político, tanto no que se refere ao preconceito direto quanto ao indireto. Condição essa se observar o resultado do presente estudo em termos do contato social entre os grupos minoritários; acreditava-se que, teoricamente, por serem estes sofrerem discriminação - bem como, a partir do levantamento informal que foi realizado sobre a percepção dos sujeitos em relação aos grupos que eram muito segregados e mereciam apoio da sociedade – o contato social entre eles seriam o mesmo, mas, não foi isso que se observou, em destaque no primeiro parágrafo na seção dos resultados.

Na tabela 1, essa expectativa foi confirmada com as correlações se apresentando positivas e significativas. Ao refletir nessa direção, pode-se apontar que em termos do contato social frente a esses grupos, todos eles apresentam o mesmo sentido, isto é, a relação de proximidade social com qualquer grupo minoritário. As pessoas percebem e dinamizam-se de forma estável ou superficial frente a cada um desses grupos. Ao considerar as médias, pode destacar que estas foram maiores para as mulheres e os negros, mas, com os homossexuais foi encontrado uma média muito pequena. O contato social é maior para com os negros e as mulheres. Assim, poderia-se refletir: não seria porque o grupo do negro e da mulher seriam os mais divulgados socialmente quanto a reivindicação dos direitos sociais, econômicos e políticos, ou porque são a maioria da minoria? Não seria, também, em termos da média inferior frente aos homossexuais uma questão de moral?

Seguindo semelhante raciocínio, pensou-se: ao se encontrar uma correlação positiva para o contato social, é possível que também ocorra o mesmo para as ações afirmativas? Essas ações se relacionaram positivamente entre si e independente do grupo, todos precisam de ações que fortaleçam e garantam trabalho, justiça e igualdade e programas de igualdade de oportunidades[#].

[#] No que diz respeito às ações afirmativas, as correlações entre elas para cada grupo minoritário foram as seguintes: a ação afirmativa relacionada a **ajuda aos grupos minoritários em relação ao trabalho**, correlacionou-se positivamente, com a ação

Além disso, todas as ações estiveram interrelacionadas, podendo refletir que estas seguem o princípio geral das ações afirmativas: promoção de privilégios de acesso às universidades, ao trabalho e a participação na política e na construção de leis, visando o combate a discriminação passada, presente ou potencial.

Por um lado, pode ser pensado como algo positivo em termos da revisão de normas, demandas sociais e políticas, injustiça quanto ao passado e tomadas de decisões sobre os princípios de condutas socialmente desejáveis; por outro lado, é notória a condição sutil dos processos discriminatórios, pois tais ações, implicitamente, apontam para uma condição de inferioridade entre as pessoas dos grupos minoritários.

No que diz respeito às atitudes preconceituosas, segue o mesmo raciocínio das variáveis anteriores. Para todos os grupos minoritários as atitudes preconceituosas positivas estiveram inversamente relacionadas. Isto é, a existência da atitude afetiva preconceituosa positiva inibe a atitude negativa, fato esse, compreensível. Sendo as atitudes, sentimentos, pensamentos e comportamentos frente a algo, a qual se considera no presente projeto, apenas a dimensão do sentimento, institucionalmente forma e informal, não é “elegante” uma expressão direta que revele segregacionismo ou distância emocional frente aos grupos minoritários. Essa, além de ser algo proibido, vem contribuir para um discurso pós-moderno na construção da imagem tolerante, neutra, apta a diplomacia e simulacro psicossocial.

Sendo assim, parece socializar, justamente, que ao expressar atitudes afetivas preconceituosas positivas ao meu contato social surge o pensamento em termos do simulacro psicossocial, no qual os achincalhos e piadas, não se revelam como discriminação, mas, como personalidade da pessoa com um contato social estável. Em termos das ações afirmativas e do contato social, suas relações parecem apontar para condições não de valorização ou de que alguns grupos sociais alcançaram sua ascensão social, política e econômica. Porém, pensar que somente essa ação afirmativa se relacionou com o contato social, é negligenciar as outras quanto ao direito humano e justiça, afinal, essas ações estiveram correlacionadas entre si para o grupo do negro, revelando-se assim, que elas se manifestariam psicossociologicamente.

Essa reflexão poderá ser esclarecida, quando se relacionou atitudes preconceituosas e ações afirmativas (ver tabela 5); observe que, em relação ao negro apenas as ações de justiça e igualdade e de oportunidade correlacionou-se positivamente. Para as mulheres, apenas a ação de justiça e igualdade e as atitudes positivas e para os homossexuais todas as ações afirmativas e as atitudes positivas. Assim, concretamente, é possível acompanhar essa realidade cognitiva indicada pelos respondentes ocorrendo na sociedade, especialmente, para os homossexuais? Acompanha-se na mídia em geral a explosão da homofobia em concursos públicos e denúncias sobre empresas que vetam a entrada de homossexuais, seja expresso em seu cadastro de emprego, seja por assumir uma estereotipia comportamental ou de suas roupas ou expressões na comunicação interpessoal.

que diz respeito **em assegurar aos grupos minoritários um tratamento com justiça e igualdade** ($r_n = 0,40$; $r_m = 0,38$ e $r_h = 0,41$), bem como, com a ação em favor da **conclusão de programas de igualdade de oportunidades** aos grupos minoritários ($r_n = 0,36$; $r_m = 0,32$ e $r_h = 0,37$); esta última, com a **ajuda aos grupos minoritários em relação ao trabalho** ($r_n = 0,57$; $r_m = 0,63$ e $r_h = 0,61$).

O novo tipo de preconceito surge na sociedade discretamente nas relações intergrupais, salientando a sua não existência e tendo uma característica de conformidade positiva e com excessiva simpatia, isto é, pode-se a ele assumir um discurso de que “*não estar me incomodando, não vejo problema nisso*”, mas, estes sempre seguidos dos “porém”. Tanto se discrimina a partir de uma atitude positiva, aparentemente, não preconceituosa, quanto pela uma expressão direta em relação aos grupos minoritários.

Assim, as variáveis – ações afirmativas e contato social – não somente revelam como o sujeito nas suas relações sociais, mas, como pensam também, por exemplo, no caso das atitudes afetivas preconceituosas, apresentado no escalonamento multidimensional, percebendo que essas as atitudes se configura distintamente para cada grupo minoritário. Partindo desses resultados, não somente pode ser vislumbrado que o preconceito sutil tem sido priorizado nas relações sociais, pois, vemos que as maiores médias estiveram para as atitudes positivas (gráfico 1), porém, para o grupo do homossexual observou-se a menor média positiva. O preconceito não parece ser algo aceito e vivido facilmente sobre uma conduta politicamente correta, para alguns grupos isso é possível para outros nem tanto.

De forma geral, o preconceito frente aos grupos minoritários, por ser atualmente tão deflagrado, não pode mais ser direto tratando-o muitas vezes recheadas de brincadeiras e humor, passando a ser visto nas relações como pouco ofensivo, podendo ser, também, atribuído algo semelhante para o contato social e ações afirmativas, pois se institucionaliza um conformismo normativo, justificando que se está fazendo alguma coisa devido ao longo e curto período de desrespeito e segregação psicossocial que os grupos minoritários passaram e passam.

Por fim, o preconceito parece atender aos objetivos implícitos da sociedade, principalmente, quando há uma mudança e êxito de grupos minoritários em qualquer esfera social. Essa condição visa atender as expectativas propostas pela sociedade de uma luta e expressividade quanto ao não preconceito, os quais são capazes de filtrar condições mais diretas relacionando um processo mais depurado deste fenômeno e gerando a construção de normas sociais “concordantes” na interação social. Esses resultados parecem denunciar o quanto a sociedade está impregnada de ideologias que guiam e justificam as condutas do indivíduo, fazendo-as “comuns” e embasadas em práticas que geralmente são adotadas através de esquemas psicológicos e ideológicos que refletem comportamentos a respeito da formação discriminatória de papéis sexuais (Paez, Torres & Echebarría, 1990) socialmente aceitos.

Na maioria das vezes, tais papéis são justificados como valores de uma sociedade ou grupo “impossível” de ser alterado fazendo a pessoa se conformar, a partir da qual conduza as pessoas a, sócio-cognitivamente, perceber que as formas educativas e formais frente a esses grupos possam estar escondendo a verdadeira face do outro lado do preconceito, a sua discricção e sutileza. De fato, ao considerar os resultados do presente estudo, é destaque a analogia enfatizada por Munanga (2002) referenciado no início deste trabalho, o quanto o preconceito é no Brasil um problema semelhante a um *Iciberg*; vemos apenas a ponta dele, representadas nas práticas discriminatórias a partir dos comportamentos sociais e individuais, porém, a parte submersa, ainda não temos noção da extensão dela, as quais poderíamos salientar como sendo as manifestações encobertas e sutis desse fenômeno preconceito. O problema que deve ser levanta

em estudos posteriores é que, em geral, o preconceito e sua manifestação têm proposto conclusões generalizadas que desconsidera os motivos e interesses particulares de cada grupo na situação de suposto conflito intergrupar, algo a ser inserido em outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

Alencar, R. A. C. (2005). Ações afirmativas: a luta dos negros brasileiros por reconhecimento jurídico. Disponível em:

<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/imagens/4acoesafirmativas.pdf>. Acesso em 20 de Novembro de 2007.

Allport, G. W. (1954). *The nature prejudice*. Reading, MA: Adison-Wesley Publishing Company.

Brasil Afroatitudo (2004). Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros. Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos Conselho Nacional de Combate à Discriminação Brasil. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde Programa Nacional de DST e Aids.

Camino, L. (1996). *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social*. João Pessoa: Editora Universitária.

Camino, L.; Silva, P. & Machado, A. O. (2003). Novas formas de preconceito racial: racismo sutil ou mascarado. Em: III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica. (p. 236). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1, [Resumos].

Crochík, J. L. (2005). Preconceito e Formação. In: Divino José Silva e Renata M. C. Libório (Orgs.). *Valores, preconceitos e práticas educativas*. (pp. 17-47). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Darwin, C. (2004). *A origem das espécies*. Sao Paulo: Martin Claret. Publicado originalmente em 1989.

Formiga, N. S. (2004). As bases normativas do sexismo ambivalente: A sutileza do preconceito frente as mulheres à luz dos valores humanos básicos. In: Marcus E. O. Lima e Marcos E. Pereira (Orgs.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas*. (pp. 259-276). Salvador: Editora UFBA.

Formiga, N. S. (2005). Estrutura fatorial do inventário de sexismo ambivalente a partir da análise dos eixos principais. *Revista Psicólogo Informação*, 9 (9), 09-28.

Formiga, N. S.; Gouveia, V. V.; Santos, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Revista Psicologia em Estudo*, 7 (1), 105-111..

Formiga, N. S.; Yepes, C. & Alves, I. (2004). A ambivalência da discriminação: Um estudo em termos das atitudes preconceituosas frente ao negro, as mulheres e os homossexuais. *Anais da*

IV Jornada de Iniciação científica do CEULP-ULBRA, (pp. 528-530). Palmas-TO: CEULP-ULBRA. [Resumos].

Gould, S. J. (1999). A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes.

Gouveia, V. V. et al. (2006). Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. *Psicologia Reflexão e Crítica* 19 (3). Disponível em: <http://www.scielo.br/prc>. Acesso em 15 de Novembro de 2007.

Kruger, H. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In: Marcus E. O. Lima e Marcos E. Pereira (Orgs.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas*. (pp. 23-39). Salvador: Editora UFBA.

Lacerda, M.; Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das Representações Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 165-178.

Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 3 (3), 401-411.

Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade. Em: Marcus E. O. Lima e Marcos E. Perreira (Orgs.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas*. (pp. 41-68). Salvador: Editora UFBA.

Martinez, M. C. M. (1996). *Análisis Psicosocial del prejuicio*. Madrid: Editora Sintesis.

Martins, R. B. (2004). Democracia racial e ações afirmativas no Brasil: Alguns comentários ao artigo de Jonas Zoninsein. *Economia*, 3 (1), 163-170.

Monte, D. F. C. (2001). Aspectos do preconceito étnico em relação ao negro: Um estudo empírico no setor supermercadista de João Pessoa – PB. Dissertação de mestrado. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Munanga, K. (2002). Prefácio. Em: I. Carone e M. A. S. Bento (Orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 9-11). Petrópolis: Vozes.
Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação. PENESB, Rio de Janeiro.

Myers, D. G. (1999). Preconceito: O ódio ao próximo. In: *Psicologia social*. (pp.181-206). Rio de Janeiro: LTC.

Páez, D.; Torres, B. & Echebarria, A. (1990). Esquema de si, representación social y estereotipo sexual. Em: G. Musitu (Org.), *Procesos psicosociales básicos*. (p. 229-234). Barcelona: PPU.

Pinto, C. I. (2005) A Política de Cotas nas Universidades Públicas Brasileiras. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra16/cotas.html>. Acesso em 10 de Outubro de 2007.

Siano, J. A. (2000). Constituição da Republica Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Rideel. 2000.

Tajfel, H. (1981). Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social. Lisboa: Livros Horizonte..

Vasconcelos, T. C. (2001). Atitudes preconceituosas em relação aos negros: uma análise a partir das prioridades valorativas. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Vasconcelos, T. C.; Gouveia, V. V.; Souza Filho, M. L.; Sousa, D. M. F.; Jesus, G. R. (2005). Preconceito e intenção em manter contato social: Evidências acerca dos valores humanos. Mimeo.